



REPÚBLICA
PORTUGUESA

XXIV GOVERNO CONSTITUCIONAL

Orçamento do Estado 2025

Nota Explicativa

MINISTÉRIO DA SAÚDE

ÍNDICE

RESUMO	03
VISÃO ESTRATÉGICA	06
OBJETIVOS PARA 2025 E IMPACTO POSITIVO	10
CUSTO DAS MEDIDAS E FONTES DE FINANCIAMENTO	19

RESUMO

A proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2025 materializa as orientações de política económica e orçamental do XXIV Governo Constitucional.

Na área da saúde a prioridade é robustecer o Serviço Nacional de Saúde (SNS) enquanto pilar central do sistema de saúde português, que garanta a todos os portugueses a acessibilidade a cuidados de saúde de qualidade e em tempo útil.

O Plano de Emergência e Transformação na Saúde adotado irá contribuir para a melhoria transversal do SNS, dando resposta aos constrangimentos mais prementes do SNS, e promovendo uma alteração estrutural que garanta eficiência e capacidade, e assegurando uma política de coesão territorial que contribua para a redução de assimetrias regionais.

Em 2025 continuaremos a reforçar a autonomia das instituições, promovendo um modelo de gestão descentralizada que permita às unidades do SNS uma gestão mais flexível, de proximidade e uma maior adaptabilidade às realidades.

O OE2025 executa o que está previsto no plano plurianual de investimentos na saúde, apoiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e pelo Portugal 2030 (PT2030), a fim de dotar o país de infraestruturas modernas e devidamente equipadas para responder às necessidades dos portugueses e aos desafios colocados pela evolução tecnológica e do conhecimento nesta área.

No próximo ano Governo assegurará os procedimentos necessários à construção de equipamento de várias unidades de saúde, destacando-se a obra do Hospital de Todos os Santos em Lisboa, os projetos de construção do novo Hospital de Barcelos, do novo Hospital do Oeste, do novo Hospital Central do Algarve, bem como a ampliação para novas valências no Hospital de S. Teotónio, em Viseu, e a ampliação e requalificação profundas do Hospital Joaquim Fernandes, em Beja, sendo expectável a conclusão da obra do novo Hospital de Évora em 2025.

O [Plano de Recuperação e Resiliência](#), no ano de 2025 apresentará uma evolução significativa dado o impulso dos projetos quer físicos quer financeiros. Está previsto o cumprimento dos seguintes marcos e metas:

- **Reforço da capacidade de resposta da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos**, nas vertentes de internamento e ambulatório, através da criação dos seguintes novos lugares: i) 5 500 novas camas de internamento na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, inseridas na rede geral; ii) 500 novos lugares em unidades de promoção de autonomia, inseridos na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados; iii) 1 000 novos lugares em cuidados continuados integrados de saúde mental e iv) 400 novas camas de internamento de baixa complexidade na Rede Nacional de Cuidados Paliativos;
- **Conclusão de todas as intervenções definidas para reforçar a rede de cuidados de saúde mental, nomeadamente:** i) construção de quatro novas unidades de internamento em hospitais gerais; ii) criação de 15 Centros de Responsabilidade Integrados em serviços de saúde mental; iii) requalificação de 20 dos serviços locais de saúde mental existentes; iv) criação de 500 respostas às necessidades de pessoas institucionalizadas com doença mental crónica; v) modernização de três instalações de psiquiatria forense e de equipamento; vi) construção de três unidades forenses de transição para a comunidade; e vii) realização de ações de formação para "construir os percursos dos doentes" no contexto das demências;
- Criação de 25 novos Centros de Responsabilidade Integrados nos hospitais do SNS.

Além do alargamento dos recursos físicos e humanos, também as capacidades do SNS na área digital e de atendimento e monitorização à distância serão reforçadas, em particular no caso da obstetrícia e de doentes crónicos. O investimento na digitalização do SNS permitirá uma maior eficiência nos seus processos internos. O Governo continuará o esforço de alargar a resposta de saúde mental e de focar os serviços de urgência na estabilização e observação de situações clínicas emergentes.

Em 2025, num compromisso de reforço do SNS, o Programa Orçamental da Saúde (POS) tem as suas transferências do Orçamento de Estado (OE) acrescidas em 6,2% (845 milhões de euros) face ao orçamento inicial do ano passado (13 556 milhões de euros). O PO Saúde fica assim dotado, de um total de 14 401 milhões de euros, para se alcançar um SNS forte e ao serviço de todos.

A receita total do PO da Saúde, atinge o montante de 16 855 milhões de euros em 2025, refletindo um crescimento da despesa de 9% (para um total de 16 854 milhões de euros) face à estimativa para 2024.

Com estas verbas, o OE2025 fortalece o esforço de retoma da atividade assistencial, e que representa um aumento de mais de 3 616 milhões de euros (+33,5%) de transferências do OE para a saúde face a 2024.

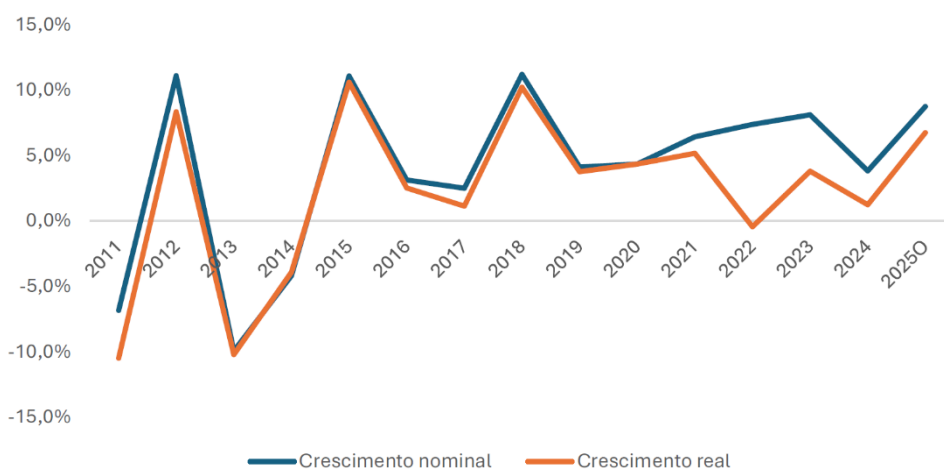
Programa Orçamental Saúde para 2025 tem um crescimento previsto de 8,8% face a 2024 (comparação da despesa efetiva consolidada entre o orçamento de 2025 e a previsão de execução para 2024), traduzindo-se num reforço de 1 351 M€.

O crescimento previsto para 2025 demonstra a prioridade atribuída ao setor da saúde, é o segundo maior reforço da última década ultrapassado apenas em 2018. O reforço para a saúde (8,8%) é largamente superior ao crescimento económico, e ao crescimento global da despesa pública (6,6%).

Em termos absolutos, o reforço de 1 351 M€ é o maior desde, pelo menos, 2011.

Descontando o efeito da inflação, que se prevê em 2% para 2025, verifica-se um aumento real do orçamento em 6,8% - novamente, o segundo maior reforço real da última década. A título de exemplo, em termos reais, verificou-se um aumento em 2024 de apenas 1,2%, em 2023 de 3,8%, e em 2022 uma contração de -0,2%.

Gráfico1. Taxa de crescimento nominal e real do Programa Orçamental Saúde (MEuros; execução 2014-2024 e orçamento para 2025)



VISÃO ESTRATÉGICA

O Orçamento do Estado para 2025 (OE2025) solidifica uma mudança estrutural positiva na política orçamental em Portugal e abre um novo capítulo focado no crescimento. Um Orçamento que resulta também do consenso social através do Acordo de Valorização Salarial e Crescimento Económico assinado com os parceiros sociais, fortalecendo a ambição nacional na competitividade e nos rendimentos.

Após anos de excedentes asfixiantes, o Governo adotou um equilíbrio orçamental virtuoso já em 2024 e continuará a seguir esse caminho em 2025. Para preparar o País para o futuro, estamos a implementar uma política orçamental pró-crescimento, centrada no aumento do bem-estar das pessoas, com boas contas.

O Governo está a aumentar, de forma responsável, salários e pensões, e a baixar impostos, a valorizar a função pública e a reforçar o investimento público, assegurando um ligeiro excedente orçamental e a redução sustentada do rácio da dívida pública.

Este Orçamento liberta-se das amarras que deixaram o País estagnado nas últimas duas décadas e implementa políticas económicas e orçamentais com o objetivo principal de acelerar a economia portuguesa, enquanto se recupera o Estado Social e os serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O OE2025 tem uma marca única: é o primeiro Orçamento em muitos anos que não aumenta nenhum imposto. Pelo contrário, é fiel ao compromisso de baixa impostos inaugurada por este Governo em toda a linha - menos IRS para todos, IRS Jovem reforça rendimento líquido dos jovens, isenção fiscal dos prémios de desempenho por produtividade e menos IRC para as empresas. Estamos e vamos continuar a baixar a carga fiscal que condiciona os cidadãos e empresas, libertando recursos para tornar a economia mais competitiva.

Este é também um Orçamento que restabelece uma relação de confiança entre o cidadão utente e a Administração Pública. Neste caminho, chegámos a acordos com diversas carreiras especiais, em áreas fundamentais da atuação do Estado: Professores, Forças de Segurança, Guardas Prisionais, Militares e Enfermeiros, estando a decorrer negociações com os médicos.

Com o OE2025, cada Ministério conta com maior flexibilidade na gestão do Orçamento que tem à sua disposição para implementar as suas políticas. Ao longo do próximo ano, cada membro do Governo pode, com total autonomia, através de despacho, autorizar a descativação das verbas orçamentais à medida das necessidades.

O reforço do investimento público acontecerá através da execução dos projetos de investimentos estruturantes e da implementação acelerada do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para que se continue a recuperar os atrasos herdados. Destaca-se a dotação reforçada para a ampliação do parque habitacional público a preços acessíveis e para implementar o Programa Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES), assim como no apoio à inovação empresarial, capitalização de empresas e resiliência financeira através do Banco Português do Fomento (BPF).

O programa orçamental da saúde, inserido na estratégia do XXIV Governo Constitucional, visa promover uma transformação robusta e sustentável do SNS. Pretende-se garantir a prestação de cuidados de saúde de forma mais acessível e equitativa. A melhoria contínua da eficiência e eficácia dos serviços de saúde, traduz-se na sua reorganização com recurso aos parceiros da rede pública, social e privado, no investimento em inovação e tecnologias de saúde para concretizar a modernização das infraestruturas, os serviços de saúde digitalizados e, a imprescindível capacitação e valorização dos profissionais. Este conjunto de reformas pretende a efetiva transformação do SNS, dotado de capacidade de resposta aos desafios demográficos e sociais de Portugal, mas também alavancar um modelo centrado na qualidade e proximidade dos cuidados, promovendo uma abordagem preventiva e personalizada para todos os cidadãos.

Nos últimos anos foram canalizados esforços para retoma da atividade assistencial em período pós pandemia mundial. O ano de 2024 prosseguiu esses esforços, sendo que no final de abril contabilizaram-se 11,6 milhões de consultas médicas totais realizadas nos cuidados de saúde primários, destas 6,7 milhões (57,0%) de consultas foram efetuadas em formato presencial e 5 milhões (43,0%) correspondem a consultas não presenciais nos cuidados de saúde primários. Em setembro de 2024 verifica-se um aumento de 116,5% no total de consultas médicas, face a abril do mesmo ano.

Quadro 1. Movimento assistencial – SNS

Movimento Assistencial	2024 (abril)	2024 (setembro)	Var. set24/abr24
Consultas médicas presenciais CSP	6 651 789	14 246 954	114,2%
Consultas médicas não presenciais CSP	5 009 524	11 005 305	119,7%
Total consultas médicas CSP	11 661 313	25 252 259	116,5%

Fonte: Portal da Transparência, 2024

No que diz respeito à atividade hospitalar do SNS observou-se também um aumento da atividade assistencial de 48% entre abril e setembro de 2024, sendo que se verificou um aumento tanto nas primeiras consultas (+47,3%), como nas consultas subsequentes (+48,2%).

Ao nível dos atendimentos em urgência verificou-se um aumento de 53,7%, e, também, um aumento do número de doentes saídos em regime de internamento 52%.

Quanto às intervenções cirúrgicas, observa-se um crescimento em todas as tipologias (+48,7%), com destaque para a cirurgia de ambulatório que aumenta na mesma proporção.

Quadro 2. Cuidados de saúde hospitalares prestados no SNS (em milhares)

Movimento Assistencial	2024 (abril)	2024 (junho)	Var. set24/abr24
Total de Consultas Médicas	4 761 842	7 045 973	48,0%
Primeiras consultas	1 354 727	1 995 363	47,3%
Consultas subsequentes	3 407 115	5 050 610	48,2%
Urgências (Atendimentos)	2 024 966	3 111 641	53,7%
Internamentos (Doentes Saídos)	258 287	392 810	52,1%
Total de Intervenções Cirúrgicas	301 889	448 992	48,7%
Programadas	268 966	399 181	48,4%
Convencionais	76 978	113 633	47,6%
Ambulatório	191 988	285 548	48,7%
Urgentes	32 923	49 811	51,3%
% Cirurgias em Ambulatório	71,4%	71,5%	0,2%

Fonte: Portal da Transparência, 2024

Na sequência do PRR, no âmbito do aviso N.º 1/C01-i10/2024, cujo objetivo do investimento – Programa de Modernização Tecnológica – é melhorar o parque tecnológico do SNS, contribuindo para a melhoria dos serviços de saúde. Este investimento assegurará a aquisição de equipamento médico pesado para as unidades de saúde do SNS, das seguintes categorias: sistemas de angiografia, aparelhos de tomografia computadorizada por emissão de fóton único, aparelhos de tomografia por emissão de positrões, sistemas de ressonância magnética, aparelhos de tomografia computadorizada, aceleradores lineares e robôs cirúrgicos.

Conforme se evidencia pelo programa permite financiar a aquisição de 68 equipamentos, sendo que se encontram elegíveis para financiamento 84 equipamentos, dos quais 11 serão adquiridos em 2024 e 73 adquiridos no ano de 2025 com recurso ao financiamento PRR. Este investimento totaliza cerca de 100 milhões de euros, dos quais 67,5 milhões de euros estão previstos para 2025.

Quadro 3. Novos equipamentos médicos pesados no SNS

Equipamento Médico Pesado	Equipamentos para a Meta	Até Dez 2024	Até Jun 2026
Aceleradores Lineares	9	0	9
Angiógrafo	16	3	13
Câmaras Gama	10	0	10
Ressonâncias Magnéticas	16	2	14
Robot Cirúrgico	0	1	-1
Tomografias Computorizadas	32	5	27
Tomografias por Emissão de Positrões	1	0	1
Total	84	11	73

OBJETIVOS PARA 2025

Em cumprimento do Programa do XXIV Governo Constitucional e do Plano de Emergência e Transformação do SNS, o Governo centra-se na transformação do SNS, alicerçado na modernização, desburocratização e fortalecimento dos hospitais universitários como centros de excelência.

O compromisso contínuo da valorização dos mais de 150 mil profissionais que trabalhavam no SNS, em 2024, reflete-se no diálogo aberto e proativo com as diferentes classes profissionais, com o objetivo de valorização e motivação dos profissionais de saúde, pilares fundamentais para a transformação sustentável do SNS.

Através do [Plano de Emergência e Transformação do SNS \(PET\)](#) serão garantidos tempos máximos de resposta para consultas, cirurgias e diagnósticos, além de uma resposta adequada na área materno-infantil, através de medidas, programas e do controlo proativo e efetivo das listas de espera, que estimulem a redução destas (garantindo que o número de utentes é superior ao número de utentes entrados). É um plano que promove uma sociedade mais justa, com cuidados de saúde acessíveis e de qualidade, desde a gravidez até à velhice, com foco em grupos que necessitam de mais cuidados.

As medidas principais incluem:

- Melhorar o acesso aos cuidados de saúde no tempo recomendado;
- Criar um ambiente seguro para o nascimento;
- Reforçar a missão do serviço de urgência;
- Resolver problemas no acesso aos cuidados primários, especialmente para populações sem médicos ou enfermeiros de família;
- Garantir acesso a serviços de saúde mental de qualidade.

Em 2024, no âmbito do PET, já foram alcançados os seguintes marcos:

- **Criação de dois centros de atendimento clínico** para situações agudas de menor complexidade e urgência clínica.
- **Implementação do canal SNS GRÁVIDA**, um atendimento direto para grávidas.

- Aproveitamento da experiência de médicos de família aposentados que desejam continuar a trabalhar no SNS.
- Reforço da autonomia das instituições com um novo modelo de gestão descentralizada, focado na sustentabilidade económico-financeira e nas melhores práticas de gestão.
- Desenvolvimento de programas de vacinação contra o vírus da gripe e o vírus sincicial respiratório.
- Aceleração da execução do PRR – Saúde, especialmente na requalificação de centros de saúde e na criação de novas camas para Cuidados Continuados Integrados.

Plano de Recuperação e Resiliência: A implementação em 2025

O ano de 2025 é marcado pela evolução substancial da execução e da transformação dos investimentos previstos nas várias componentes, algo que, associado à reforma do SNS, contribuirá decisivamente para um serviço de saúde mais eficaz, resolutivo e resiliente. O valor total do PRR é de 1.284 milhões de euros.

Componente	Valor Contratualizado
C01-i01 - Cuidados de Saúde Primários com mais respostas	682 582 902,00
C01-i02 - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos	234 682 638,31
C01-i03 - RE-r02 - Reforma da saúde mental C01-i03 - Conclusão da Reforma de Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências	88 077 970,33
C01-i04 - RE-r03 – Reforma da Conclusão da reforma do modelo de governação dos hospitais públicos C01-i04 – Construção do Hospital de Lisboa Oriental e Equipamento para Hospitais em Lisboa e Vale do Tejo	179 502 375,64
C01-i10 - Programa de Modernização Tecnológica do SNS	100 000 000,00
Total	1 284 845 886,28

É composto pelas seguintes reformas e investimentos:

- Reformas:
 - Transformação dos cuidados de saúde primários;
 - Transformação da saúde mental;
 - Conclusão da reforma do modelo de governação dos hospitais públicos.
- Investimentos:
 - Cuidados de saúde primários com mais respostas, a concluir em 2026;
 - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos, a concluir em 2025;

- Conclusão da Reforma de Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências, a concluir em 2025;
- Construção do Hospital de Lisboa Oriental e equipamento para hospitais em Lisboa e Vale do Tejo, a concluir em 2026;
- Programa de Modernização Tecnológica do SNS, a concluir em 2026;

Em termos assistenciais, no âmbito do PRR para 2025 o Governo prevê neste âmbito, entre outras medidas:

- Prosseguir com a regularização das listas de espera para cirurgia, bem como garantir a criação de uma nova prioridade clínica para os utentes oncológicos;
- Aproximar o cidadão do SNS através da Linha SNS24;
- Reforçar o acesso à consulta especializada;
- Promover a monitorização do doente crónico à distância;
- Reforçar os acordos com os setores social e privado, com vista a aumentar a resposta do SNS, bem como a promover a desburocratização do licenciamento das entidades prestadoras de cuidados de saúde;
- Desenvolver um Programa de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde, com foco especial no combate e controlo da obesidade, num programa de envelhecimento ativo e na saúde oral;
- Desenvolver um programa de rastreios oncológicos e não oncológicos de proximidade.

Importa ainda salientar as iniciativas previstas pelo Governo para 2025 nas áreas da:

- Promoção da saúde digital, com criação da Agência Nacional de Saúde Digital e implementação do Registo de Saúde Único Eletrónico, visando a integração e continuidade dos cuidados e a sustentabilidade do SNS.
- Política do medicamento, com incentivo à prescrição de medicamentos genéricos e biossimilares, redução do tempo de decisão sobre o financiamento de inovações terapêuticas e fortalecimento do Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde (SINATS).

Das iniciativas do Governo na área da modernização e humanização do SNS destaca-se o seguinte:

- Modernização das unidades do SNS, capacitando as unidades nas suas valências fundamentais para aumentar a motivação dos profissionais e humanizar os cuidados de saúde;
- Hospitalização domiciliária, promovendo a hospitalização em casa através dos centros de responsabilidade integrada;
- Valorização dos Centros de Referência, desenvolvendo um programa para valorizar os Centros de Referência e reforço das redes de referência no SNS;

- Criação de novos Centros de Referência, dinamizando e inovando os Centros de Referência, com um modelo de financiamento próprio que incentive e dignifique os profissionais, visando melhores resultados;
- Comissão Nacional dos Centros de Referência, criando uma maior dinâmica e condições de funcionamento para esta comissão.

Plano Plurianual de Investimentos: Modernizar o SNS

O XXIV Governo Constitucional definiu um Plano Plurianual de Investimentos para o SNS, que visa modernizar tecnologicamente as suas unidades, qualificar as suas infraestruturas, com o objetivo de reforçar a capacidade de resposta do SNS nas suas valências fundamentais e contribuir para a motivação dos profissionais e humanização dos cuidados de saúde.

As ações mais preponderantes do plano plurianual de investimentos para o SNS ocorrerão no ano de 2025, prevendo-se:

- Reduzir as assimetrias regionais e as desigualdades sociais;
- Aumentar a eficiência da atividade hospitalar;
- Alargar a capacidade de resposta da Rede Nacional de Cuidados Continuados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos;
- Promover a inovação terapêutica;
- Impulsionar a capacidade de adaptação dos profissionais de saúde à inovação e às mais recentes necessidades em saúde;
- Alargar a capacidade de resposta do Centros de Procriação Medicamente assistida.

Destacando-se os seguintes investimentos:

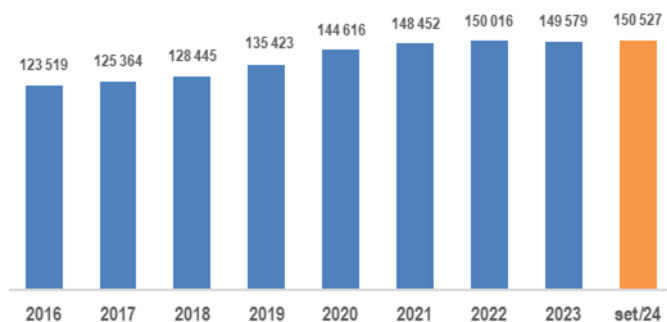
Entidade	Investimento	Montante
Unidade Local de Saúde de Barcelos/Esposende, EPE	Construção do Novo Hospital de Barcelos	164 366 704,00
Unidade Local de Saúde do Oeste, EPE	Novo Hospital do Oeste + Equipamento	265 176 000,00
Unidade Local de Saúde de Coimbra, EPE	Construção da nova Maternidade do CHUC, EPE	44 895 000,00
Unidade Local de Saúde do Algarve, EPE	Novo Hospital do Algarve	300 000 000,00
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	Novo Hospital de Beja	118 728 223,53
Total		893 165 927,53

Recursos humanos do Ministério da Saúde

A evolução dos recursos humanos, entre 2016 e setembro de 2024, constante do gráfico 2, permite verificar um aumento sustentado ao longo dos anos. Esta tendência, que se pretende reforçar, reflete o esforço contínuo necessário para a

transformação do SNS, essencial para enfrentar os desafios de saúde pública e melhorar a capacidade de resposta.

Gráfico 2. Evolução do total de recursos humanos do SNS/MS - Entidades EPE e SPA (2010-set.2024)

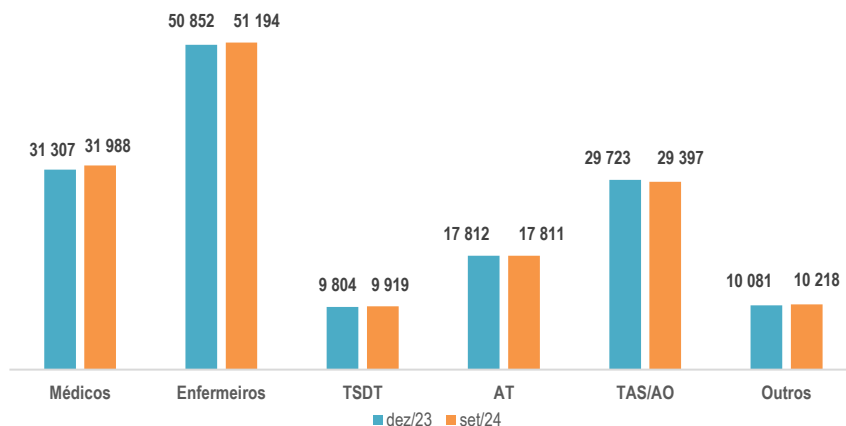


Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

O gráfico que se segue apresenta a distribuição por grupo profissional e a respetiva evolução, entre dezembro de 2023 e setembro de 2024, considerando o universo das entidades EPE do Ministério da Saúde.

Gráfico 3. Evolução dos recursos humanos do SNS / MS por grupo profissional – Entidades EPE (2023 vs. set.2024)

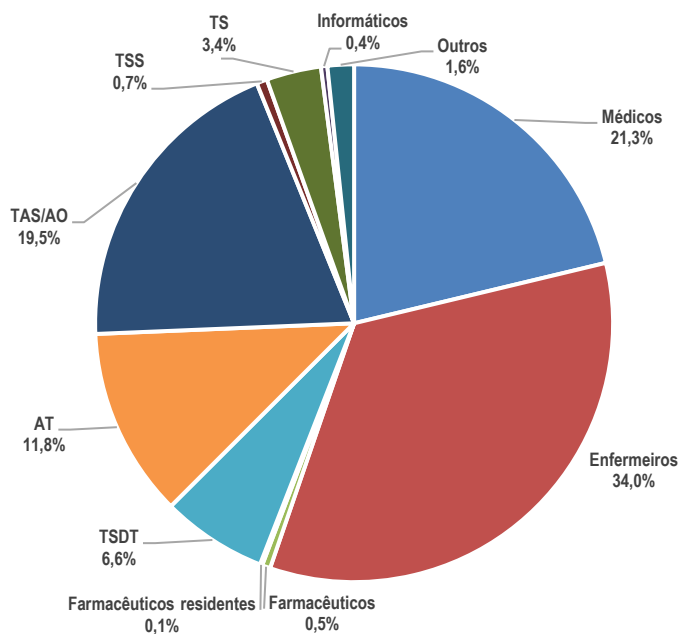
[TSDT: Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica; AO: Assistentes Operacionais; AT: Assistentes Técnicos]



Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

Na sequência do gráfico anterior e analisando em termos relativos a representatividade dos diferentes grupos profissionais, mantém-se -se a tendência de maior representatividade do grupo profissional dos enfermeiros, com aproximadamente 34% do total, seguido do grupo do pessoal médico (incluindo internos) com 21% e os assistentes operacionais, com 20%, conforme representado no gráfico abaixo.

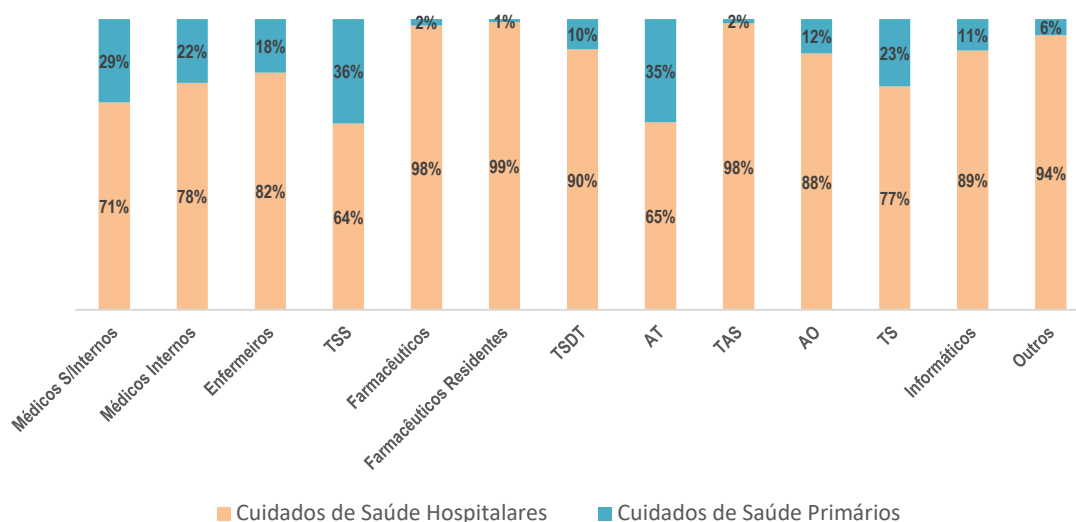
Gráfico 4. Distribuição do pessoal por grupo profissional, a 30 de setembro de 2024
 [TSS: Técnicos Superiores de Saúde; AT: Assistentes Técnicos; AO: Assistentes Operacionais; TS: Técnicos Superiores]



Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

Ao nível das principais áreas de prestação de cuidados de saúde, já em contexto organizacional de integração de cuidados em Unidades locais de Saúde, a setembro de 2024, a distribuição dos diversos grupos profissionais pelas áreas de prestação de cuidados de saúde primários e hospitalares é caracterizada pela natural concentração de recursos nos cuidados de saúde hospitalares, conforme representado no gráfico seguinte.

Gráfico 5. Distribuição % dos profissionais por tipo de prestação de cuidados e grupo profissional, a 30.set.2024



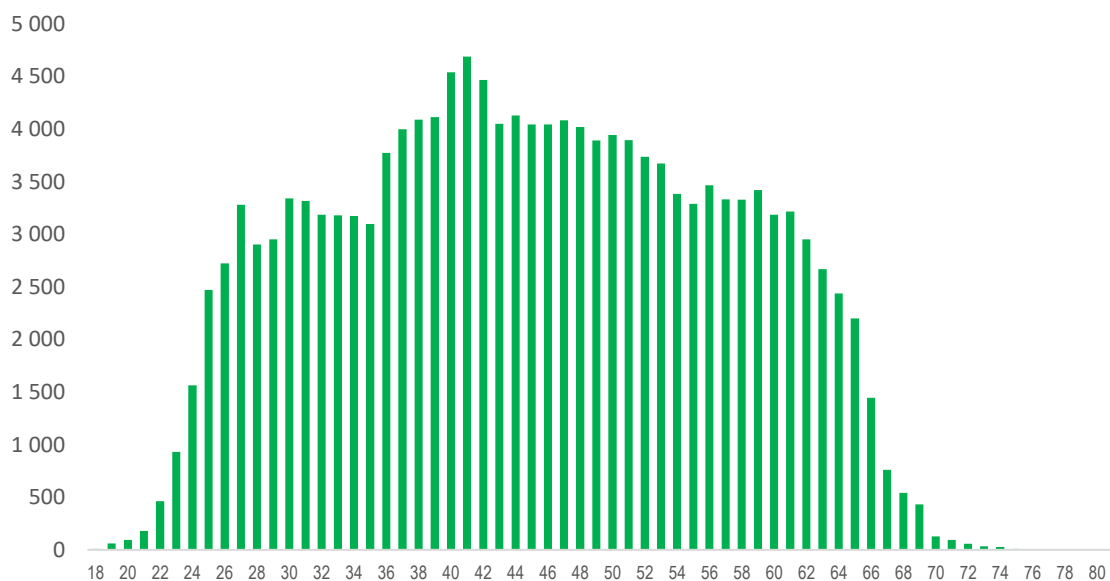
Fonte: Dados provenientes do RHV relativos às entidades SPA e EPE.

Legenda: TSS – Técnicos Superiores de Saúde; TSDT – Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica; AT – Assistentes Técnicos; AO – Assistentes Operacionais; TS – Técnicos Superiores; Inform. – Informáticos

Nota: Foram contabilizados os profissionais ativos com contrato de trabalho, não inclui trabalhadores independentes/prestadores de serviços. Não inclui os Serviços Centrais do Ministério da Saúde.

Quando a análise se centra na distribuição etária dos recursos humanos de todo o Ministério da Saúde, a setembro de 2024, fica evidenciado um padrão semelhante a uma distribuição normal em forma de sino. Quando a análise ainda parte para cada grupo profissional constata-se diferentes comportamentos, conforme fica evidenciado nos próximos gráficos.

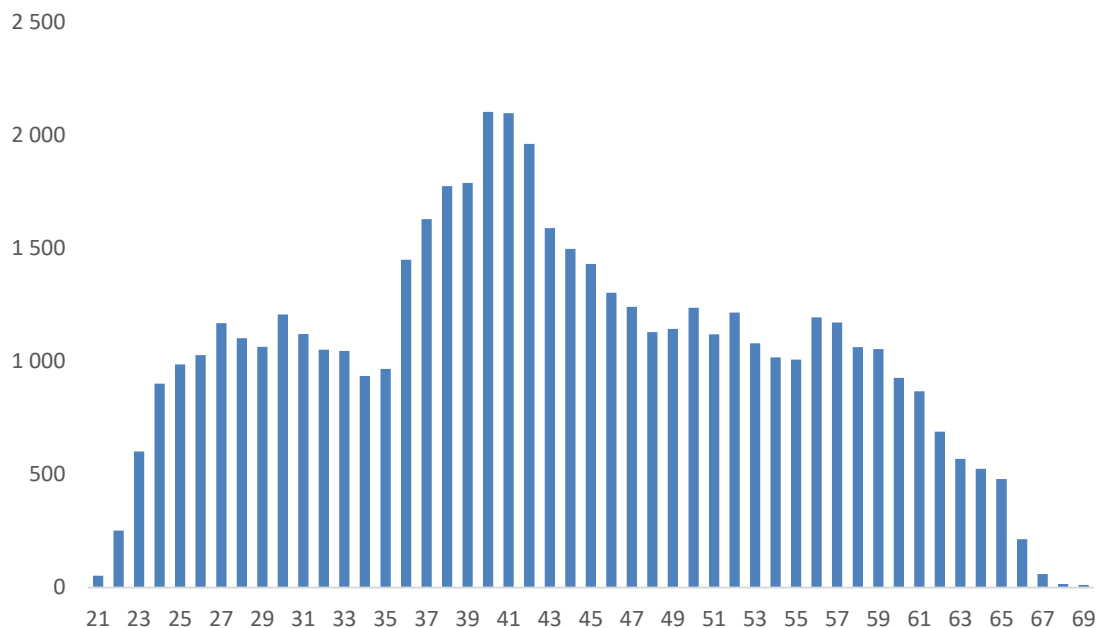
Gráfico 6. Distribuição etária dos recursos humanos do SNS, a 30.set.2024



Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

O grupo profissional dos enfermeiros caracteriza-se por uma concentração de recursos humanos nas faixas etárias mais jovens, o que indicia uma potencial capacidade de no futuro fazer face à natural pressão do aumento de aposentações, não obstante os desafios organizacionais que decorrem das idades férteis e da gestão das licenças por parentalidade.

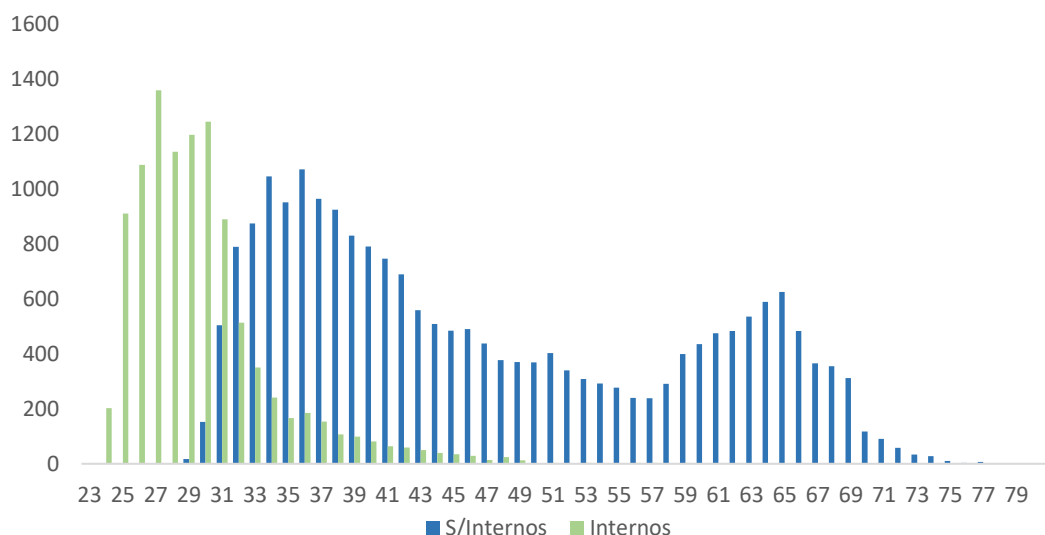
Gráfico 7. Distribuição etária de enfermeiros (total), a 30.set.2024



Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

A análise do grupo profissional dos médicos permite realçar a importância da entrada de novos médicos no sistema, para fazer face ao presente e futuro número significativo de médicos em condições potenciais de aposentação.

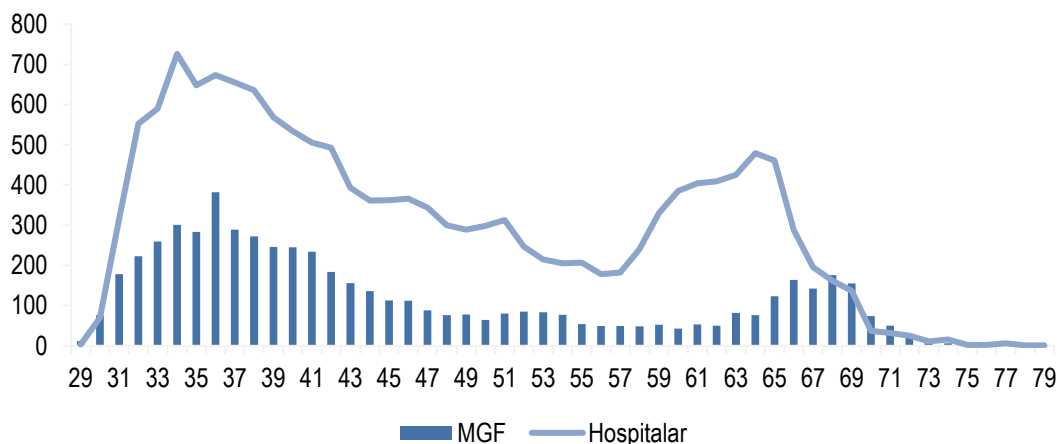
Gráfico 8. Distribuição etária dos médicos (incluindo internos), a 30.set.2024



Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

O gráfico abaixo permite constatar que a tendência do potencial de aposentações de médicos é comum, independentemente das principais áreas de prestação de cuidados de saúde (hospitalar ou cuidados de saúde primários).

Gráfico 9. Distribuição etária dos médicos especialistas hospitalares e de medicina geral e familiar, a 30.set.2024

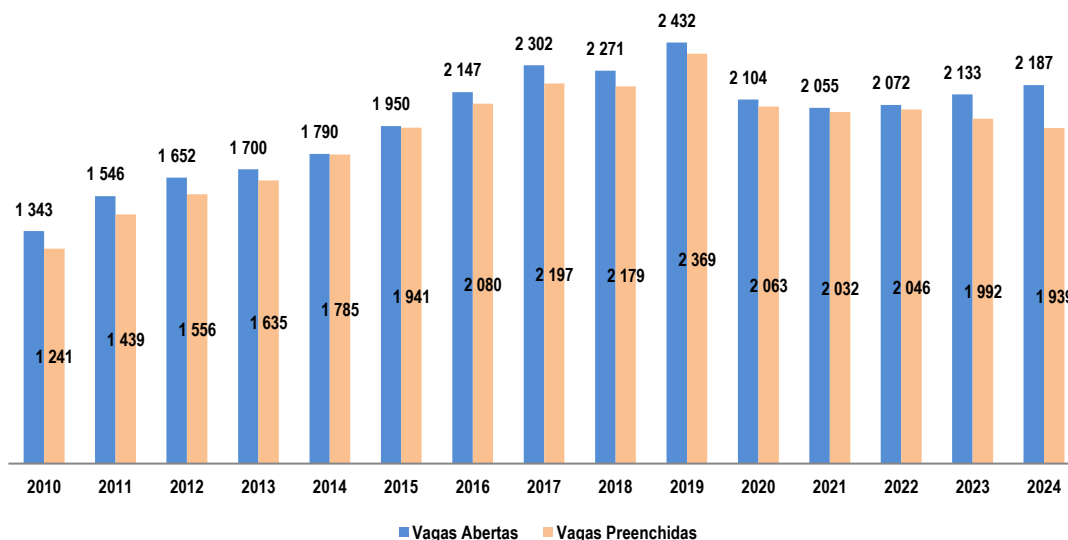


Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

O número de profissionais aposentados até agosto de 2024 (1433) é inferior ao observado no período homólogo de 2023, período em que se aposentaram 1 580 profissionais.

No que respeita à formação médica, que compreende um período de prática profissional tutelada, dividida em formação geral e formação específica, os últimos dois anos têm sido caracterizados por uma tendência de agravamento no preenchimento das vagas abertas, estando a ser especialmente sentido no ano de 2024 quando comparado com qualquer um dos últimos 14 anos.

Gráfico 10. Vagas preenchidas no Internato Médico – Formação Geral



Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

CUSTO DAS MEDIDAS E FONTES DE FINANCIAMENTO

Enquadramento

O Programa Orçamental da Saúde (POS) para 2025 apresenta um crescimento na receita consolidada de 1 143,6 milhões de euros (7,3%) face ao OE de 2024 (15 711,2 milhões de euros) contribuindo para este crescimento o aumento de 845 milhões de euros das transferências do OE, e de 6,6% (1 040,1 milhões de euros) face à estimativa de 2024 (15 814,6 milhões de euros). A receita total consolidada de 16 854,7 milhões de euros, acompanhando o valor da despesa consolidada:

- a despesa total consolidada atinge os 16 853,5 milhões de euros, superior em 9% à execução estimada até final de 2024. Em termos percentuais, o crescimento anual de 9% é o segundo maior reforço da última década, ultrapassado apenas em 2018;
- a despesa efetiva consolidada atinge os 16 790,5 milhões de euros, correspondendo a um reforço anual despesa de 1 351 milhões de euros, em termos absolutos, sendo o maior dos últimos 14 anos, desde 2011;
- uma receita total consolidada de 16 854,7 milhões de euros, acompanhando o valor da despesa.

O quadro orçamental previsto demonstra a prioridade do Governo no setor da saúde e permite evidenciar o compromisso da transformação sustentada do SNS, tornando-o mais resiliente e preparado para a prestação de cuidados de saúde de qualidade a todos os cidadãos, com resposta aos desafios relativos ao aumento das necessidades em saúde da população portuguesa, decorrentes, nomeadamente, da pressão demográfica, incluindo o envelhecimento da população, mas também das crescentes exigências relativas à inovação, à diferenciação e à evolução dos custos de produção.

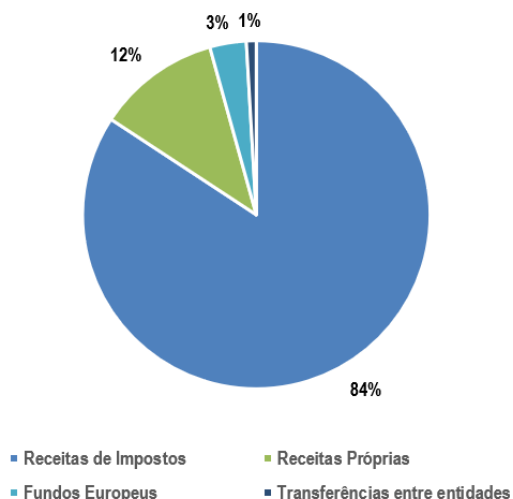
Quadro 7. Conta do Programa Orçamental (milhões de euros)

Classificador Económico	2024	2024	2025	Variação	Variação	Variação	Estrutura 2025
	Orçamento	Estimativa	Orçamento	2024OE/2025OE	2024E/2025OE	%	
DESPESA							
Despesa corrente	14 696,5	14 853,7	15 693,6	997,1	839,9	5,7%	93,1%
Despesas com Pessoal	6 377,9	6 624,5	7 049,5	671,6	425,0	6,4%	41,8%
Aquisição de bens e serviços	8 029,5	8 089,8	8 356,8	327,3	267,0	3,3%	49,6%
Juros e outros encargos	5,5	7,6	7,9	2,4	0,3	4,5%	0,0%
Transferências Correntes	82,2	80,2	85,3	3,1	5,1	6,4%	0,5%
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0%
Outras despesas correntes	201,4	51,5	193,9	-7,5	142,4	276,6%	1,2%
				0,0	0,0		0,0%
Despesa de capital	959,9	460,7	1 096,8	137,0	636,1	138,1%	6,5%
Investimento	873,9	409,2	852,4	-21,4	443,2	108,3%	5,1%
Transferências de Capital	86,0	51,5	244,4	158,4	192,9	374,2%	1,5%
Outras despesas de capital				0,0			
Diferenças de consolidação	2,1	124,8	0,0	-2,0			
Despesa efetiva consolidada	15 658,4	15 439,3	16 790,5	1 132,1	1 351,2	8,8	
				0,0			
Ativos Financeiros	1,9	0,0	11,5	9,7	11,5		0,1%
Passivos Financeiros	49,2	28,5	51,6	2,4	23,1	80,9%	0,3%
				0,0	0,0		
Despesa Total Consolidada	15 709,4	15 467,8	16 853,5	1 144,1	1 385,8	9,0	
Receita Total Consolidada	15 711,2	15 814,6	16 854,7	1 143,6	1 040,1	6,6	
Saldo Orçamental	1,7	346,9	1,2				
<i>por memória</i>							
Despesas por Fonte de Financiamento consolidada							
Receitas de Impostos	13 346,0		14 197,2	851,2			
Receitas Próprias	1 716,2		1 929,3	213,1			
Fundos Europeus	487,9		572,0	84,1			
Transferências entre entidades	157,3		155,1	-2,2			
Diferenças de consolidação	2,1		0,0	-2,1			

Notas: O presente quadro exclui nas rubricas de vendas e aquisições de bens e serviços, juros, transferências, subsídios, ativos e passivos financeiros, provenientes e
Fonte: Ministério das Finanças

A receita consolidada do PO da Saúde é composta essencialmente, em cerca de 84%, por receitas de impostos, seguindo-se as receitas próprias, com um impacto de 12%, e os fundos europeus (3%, onde se inclui a receita o PRR), conforme fica claro no gráfico abaixo.

Gráfico 11. Fontes de financiamento da despesa do PO Saúde em 2025



Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da receita de impostos

Em 2025, a receita de impostos prevista no POS ascende a 14 257,2 milhões de euros, dos quais 13 952,0 milhões de euros (97,9%) respeitam a financiamento para o SNS em dotação específica.

Este valor incorpora a previsão da cobrança de receitas consignadas, num total de 305,2 milhões de euros, um valor igual ao inscrito em 2024, composta por:

- imposto sobre as bebidas alcoólicas (92,5 milhões de euros);
- contribuição extraordinária da indústria farmacêutica (17,2 milhões de euros);
- contribuição dos dispositivos médicos (18,9 milhões de euros);
- imposto sobre o tabaco (176,6 milhões de euros).

Quadro 8. Dotações específicas (milhões de euros)

	2024		2025	Variação	Variação
	Orçamento		Orçamento	2024OE/2025OE	%
011 - Saúde	13 505,4		14 257,2	751,8	5,6%
Transferências de Receita Consignada	305,2		305,2	0,0	
Contribuição Dispositivos Médicos	18,9		18,9	0,0	
Contribuição Extraordinária da Indústria Farmacêutica	17,2		17,2	0,0	
Imposto sobre as Bebidas Não Alcoólicas Imposto Sobre	92,5		92,5	0,0	
Imposto Sobre o Tabaco	176,6		176,6	0,0	
Transferências SNS	13 200,2		13 952,0	751,8	5,7%

Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da despesa total

A despesa total consolidada prevista no POS para 2025 é de 16 853,5 milhões de euros (vide quadro 7), sendo superior em 7,2% à despesa orçamentada para 2024 (15 709,4 milhões de euros) e em 9% face ao valor previsto de execução para o ano de 2024 (15 467,8 milhões de euros).

O POS apresenta uma despesa consolidada de 16 853,5 milhões de euros, onde a despesa corrente (16 790,5 milhões de euros) representa 93,1% e a despesa de capital (1 096,8 milhões de euros) apenas 6,5%.

A composição da maioria do montante do lado da despesa corrente é dada pelas despesas com pessoal, a explicar 41,8% desta despesa (7 049,5 milhões de euros) e pelas aquisições de bens e serviços, a explicar 49,6% desta despesa (8 356,8 milhões de euros).

Em 2025 prevê-se que a despesa com pessoal atinja os 7 049,5 milhões de euros (vide quadro 7), representando uma das maiores rubricas do Orçamento, com um crescimento de 6% (425 milhões de euros) face a 2024.

Saldo de execução orçamental

O setor da saúde é frequentemente caracterizado pela sua suborçamentação, contudo, desde 2020, que se constata uma diminuição progressiva do desvio. Em 2024 estima-se um saldo positivo, tendo em consideração que a execução orçamental mensal acumulada tem ficado abaixo do inicialmente orçamentado.

Para o orçamento de 2025, apura-se um saldo orçamental de 1,2 milhões de euros.



Orçamento do Estado



REPÚBLICA
PORTUGUESA

XXIV GOVERNO CONSTITUCIONAL

